

Área de Jurisdição — Concelhos de Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Vila Nova de Ourém.

Unidade Apoio ao Centro Local da Lezíria e Médio Tejo, em Tomar:
Sede: Tomar

Área de Jurisdição — Concelhos de Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Vila Nova de Ourém.

Centro Local de Lisboa Oriental:

Sede: Lisboa.

Área de Jurisdição — Concelhos de Amadora, Lisboa e Odivelas.

Centro Local de Lisboa Ocidental:

Sede: Sintra.

Área de Jurisdição — Concelhos de Cascais, Oeiras e Sintra.

Centro Local do Oeste:

Sede: Torres Vedras.

Área de Jurisdição — Concelhos de Alcobaça, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Unidade Local de Apoio ao Centro Local do Oeste, nas Caldas da Rainha:

Sede: Caldas da Rainha.

Área de Jurisdição — Concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche.

Unidade Local de Vila Franca de Xira:

Sede: Vila Franca de Xira.

Área de Jurisdição — Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Loures e Vila Franca de Xira.

Centro Local da Península de Setúbal:

Sede: Almada.

Área de Jurisdição — Concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra.

Unidade Local do Barreiro:

Sede: Barreiro.

Área de Jurisdição — Concelhos de Barreiro, Moita e Montijo.

Unidade Local de Setúbal:

Sede: Setúbal.

Área de Jurisdição — Concelhos do Alcochete, Palmela e Setúbal.

4 — Direcção Regional do Alentejo:

Sede: Beja.

Área de Jurisdição — a área correspondente ao nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do Alentejo, prevista no Decreto-Lei n.º 317/99, de 11 de Agosto.

Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo:

Sede: Beja

Área de Jurisdição — Concelhos de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodovar, Alvíto, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Sines e Vidigueira.

Centro Local do Alentejo Central:

Sede: Évora

Área de Jurisdição — Concelhos de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa.

Centro Local do Alto Alentejo:

Sede: Portalegre.

Área de Jurisdição — Concelhos de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Mora, Nisa, Ponte de Sôr e Portalegre.

5 — Direcção Regional do Algarve:

Sede: Faro.

Área de Jurisdição — a área correspondente ao nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do Algarve, prevista no Decreto-Lei n.º 317/99, de 11 de Agosto.

Unidade Local de Faro:

Sede: Faro.

Área de Jurisdição — Concelhos de Albufeira, Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António.

Centro Local de Portimão:

Sede: Portimão.

Área de Jurisdição — Concelhos de Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo.

4 de Dezembro de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 29674/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto o procedimento concursal tendente ao recrutamento do director de serviços de Documentação, Informação e Relações Públicas desta Secretaria-Geral.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, o júri do concurso propôs que a nomeação recaísse sobre a candidata licenciada Maria Clara Lourenço Simões, a qual, estando de posse dos requisitos legais exigidos, demonstrou ter o perfil adequado e as características necessárias ao competente exercício das atribuições e à prossecução dos objectivos da Direcção de Serviços de Documentação, Informação e Relações Públicas.

Nestes termos,

Ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Nomeio, em comissão de serviço por três anos, como Directora de Serviços de Documentação, Informação e Relações Públicas, a licenciada Maria Clara Lourenço Simões, assessora principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

26 de Novembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Síntese curricular

Identificação: Maria Clara Lourenço Simões

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Pós-graduação em Estudos Europeus pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa (vertente jurídica e vertente económica)

Categoria: assessora principal do quadro da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Experiência profissional:

Ingressou na Administração Pública em 1973, tendo exercido funções na ex-Direcção-Geral de Higiene e Segurança do Trabalho e, posteriormente, na ex-Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho;

Foi nomeada técnica superior de 2ª classe em Abril de 1984, com efeitos reportados a Julho de 1979;

Entre 1987 e 1991 exerceu funções de adjunta do Ministro de Emprego e da Segurança Social;

Em 11 de Junho de 1992 foi nomeada adjunta do Ministro da Educação, tendo, subsequentemente, exercido também as funções de adjunta do Secretário de Estado dos Recursos Educativos e do Secretário de Estado do Ensino Superior, desde aquela data até 8 de Julho de 1994;

Representou o Ministério da Educação na Unidade Central de Coordenação do Observatório do Emprego e Formação profissional;

Por despacho dos Ministros da Educação e da Saúde foi designada para prestar apoio Jurídico ao Grupo de Trabalho para a revisão do ensino médico;

Em Fevereiro de 1996 foi nomeada adjunta do Ministro da Ciência e Tecnologia; Exerceu o cargo de directora de serviços de Gestão dos Recursos Humanos da Direcção-Geral da Administração Educativa, desde Julho de 1996 até Janeiro de 2000;

Entre Janeiro de 2000 e Abril de 2002, exerceu funções de adjunta do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, tendo, designadamente, prestado assessoria ao Membro do Governo nos processos de negociação com as organizações sindicais da Administração Pública e representado o Ministério das Finanças nos processos de negociação com os diferentes Ministérios com vista à criação ou revisão de carreiras e quadros de pessoal;

Exerceu o cargo de directora de serviços de Relações Internacionais do Departamento para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais, de Janeiro de 2003 até Março de 2005, data em que foi nomeada adjunta do Secretário de Estado do Orçamento;

Desde Abril de 2006 e até Junho de 2007, exerceu o cargo de directora de serviços de Administração de Pessoal, Expediente e Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Em 11 de Junho de 2007, foi nomeada, em regime de substituição, directora de serviços de Documentação, Informação e Relações Públicas da mesma Secretaria-Geral.

Despacho n.º 29675/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de

Agosto, foi aberto o procedimento concursal tendente ao recrutamento do director de serviços de Organização e Recursos Humanos desta Secretaria-Geral.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, o júri do concurso propôs que a nomeação recaísse sobre a candidata licenciada Maria Alice de Andrade Coutinho Gundersen de Oliveira, a qual, estando de posse dos requisitos legais exigidos, demonstrou ter o perfil adequado e as características necessárias ao competente exercício das atribuições e à prossecução dos objectivos da Direcção de Serviços de Organização e Recursos Humanos.

Nestes termos, Ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Nomeio, em comissão de serviço por três anos, como Directora de Serviços de Organização e Recursos Humanos, a Licenciada Maria Alice de Andrade Coutinho Gundersen de Oliveira, assessora principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

26 de Novembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Síntese curricular

Nome — Maria Alice de Andrade Coutinho Gundersen de Oliveira.
Habilitações académicas — licenciatura em Filosofia.

Especializações:

Pós-graduação em Psicologia das Organizações

Pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos

Qualificações profissionais — Psicóloga (área de Psicologia Organizacional)

Cargos exercidos:

Directora do Centro Distrital Emprego do Serviço Nacional de Emprego (organismo que antecedeu o actual Instituto de Emprego e Formação Profissional), no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Chefe de Divisão de Regimes de Pessoal, da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Direcção-Geral de Organização e Recursos Humanos, no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Chefe de Divisão de Formação da Direcção de Serviços de Formação de Recursos Humanos da Direcção-Geral de Organização e Recursos Humanos e da Direcção-Geral do Apoio Técnico à Gestão, neste Ministério

Chefe de Divisão de Formação da Direcção de Serviços de Formação da Secretaria-Geral no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Directora de Serviços de Formação da Secretaria-Geral no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Directora de Serviços de Organização e Recursos Humanos da Secretaria-Geral no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Formadora — nas áreas de gestão de recursos humanos e de gestão por objectivos.

Despacho n.º 29676/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto o procedimento concursal tendente ao recrutamento do director de serviços de Inovação e Qualidade desta Secretaria-Geral.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, o júri do concurso propôs que a nomeação recaísse sobre a candidata licenciada Maria Amélia Ribeiro Cardoso, a qual, estando de posse dos requisitos legais exigidos, demonstrou ter o perfil adequado e as características necessárias ao competente exercício das atribuições e à prossecução dos objectivos da Direcção de Serviços de Inovação e Qualidade.

Nestes termos, Ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Nomeio, em comissão de serviço por três anos, como Directora de Serviços de Inovação e Qualidade, a Licenciada Maria Amélia Ribeiro Cardoso, assessora principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

26 de Novembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome — Maria Amélia Ribeiro Cardoso

Data de Nascimento — 17 de Janeiro de 1961

Habilitações literárias:

Licenciatura em Sociologia, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1984.

Experiência profissional:

Funções de Direcção:

Desde Junho 2007 Directora de Serviços de Inovação e Qualidade da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social,

De 2003 a 2007, Directora de Serviços de Sistemas de Informação da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social,

De 2000 a 2003 Chefe de Divisão de Inovação da Direcção de Serviços de Sistemas de Informação da Secretaria-Geral do Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Funções Técnicas:

De Novembro de 1997 a Maio de 2000, no quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, desempenhou funções de assessoria a um dos Secretários-Gerais Adjuntos e ao coordenador do Núcleo de Modernização Administrativa, sendo ainda membro da Comissão Técnica de Modernização do MTS, de acordo com o Despacho n.º 106/MTS/98 de 18/09, do Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade;

De Dezembro de 1990 a Outubro de 1997, pertenceu ao quadro de pessoal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças, onde exerceu funções na Direcção de Serviços de Desenvolvimento Organizacional;

De Novembro de 1989 a Dezembro de 1990, desenvolveu funções na Direcção-Geral da Organização e Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Segurança Social, na Divisão de Quadros e Carreiras, e de Maio de 1989 a Novembro de 1989 em regime de Requisição, na Direcção-Geral da Administração Pública, exerceu, genericamente funções na área das carreiras e quadros de pessoal;

De Abril de 1986 a Novembro de 1989, exerceu funções na Secretaria Regional da Administração Interna (ex-Secretaria Regional da Administração Pública) da Região Autónoma dos Açores, na área de Organização e Racionalização de Serviços.

Funções Docentes:

Prelectora na Escola de Enfermagem de Angra do Heroísmo, de 1984 a 1986, leccionando a disciplina de Sociologia aos 1.º, 2.º e 3.º anos;

Professora provisória na Escola Secundária de Angra do Heroísmo, de 1 de Outubro 1985 a 31 de Março de 1986 e Professora provisória na Escola Preparatória da Praia da Vitória, de 1 de Outubro de 1983 a 30 de Setembro de 1985.

Despacho n.º 29677/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto o procedimento concursal tendente ao recrutamento do director de serviços Jurídicos e de Contencioso desta Secretaria-Geral.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, o júri do concurso propôs que a nomeação recaísse sobre a candidata licenciada Ana Maria Vargues Nobre Salvado, a qual, estando de posse dos requisitos legais exigidos, demonstrou ter o perfil adequado e as características necessárias ao competente exercício das atribuições e à prossecução dos objectivos da Direcção de Serviços Jurídicos e de Contencioso.

Nestes termos, Ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Nomeio, em comissão de serviço por três anos, como Directora de Serviços Jurídicos e de Contencioso, a Licenciada Ana Maria Vargues Nobre Salvado, assessora jurídica principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

26 de Novembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Síntese Curricular

Nome: Ana Maria Vargues Nobre Salvado

Habilitação académica: licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa